

CONCURSO PÚBLICO  
AGENTE DE  
SEGURANÇA PRISIONAL  
(101)

TIPO  
**Beta**

Provas Objetiva e Discursiva

INSTRUÇÕES

TIPO DE PROVA

Alfa  Beta

- Ao receber sua folha de respostas, marque, imediatamente, no campo indicado, o tipo de prova que você recebeu (ALFA ou BETA), conforme modelo ao lado. Esta marcação é obrigatória e a sua ausência ou a marcação de mais de um campo implicará a anulação da sua prova.
- Verifique se este caderno contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada uma, correspondentes à prova objetiva, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao chefe de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- No momento da identificação, verifique, na folha de respostas, se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções na folha de respostas.
- Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado de sua folha de respostas, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

**"A prudência é o olho das virtudes."**

- Você dispõe de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para fazer a prova objetiva e a prova discursiva. Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à entrega do material, à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas e da folha de texto definitivo.
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada com material transparente.
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou) em qualquer outro meio, que não os permitidos.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início das provas, você poderá entregar sua folha de respostas e sua folha de texto definitivo e retirar-se da sala.
- Você só poderá levar este caderno de questões após 4 (quatro) horas do início das provas.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato conclua sua prova.
- Ao terminar as provas, chame o chefe de sala, devolva-lhe sua folha de respostas devidamente assinada e sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

## Texto para responder às questões de 1 a 8.

1 Considerando-se a construção histórica do Direito Penal, a figura do criminoso personifica-se na figura do homem delinquente da Escola Positiva no século 19. Essa 4 corrente de pensamento trazia para o centro do debate a figura do criminoso, deixando a problemática da criminalidade em segundo plano e invertendo a análise 7 realizada, até então, pela Escola Clássica, que não individualizava as causas do crime. Na análise do delito realizada pela Escola Clássica, o crime surgiria da livre 10 vontade do indivíduo, não de causas patológicas; por isso, do ponto de vista da liberdade e da responsabilidade moral pelas próprias ações, o delinquente não era diferente do 13 indivíduo normal. O que justificava essa inversão era o fato de o delinquente revelar uma personalidade perigosa, de modo que era necessário o uso de uma defesa social 16 apropriada, com uma dupla função: proteger a sociedade do mal produzido por ele e coibir a prática de delitos latentes. Buscava-se, então, entre outras coisas, 19 estabelecer uma divisão entre o "bom" e o "mau" cidadão, em uma concepção patológica sobre a criminalidade, que visava justificar a pena como meio de defesa social e com 22 fins socialmente úteis. Estabeleceu-se dessa forma uma linha divisória entre o mundo da criminalidade — composto por uma minoria de sujeitos potencialmente perigosos e 25 anormais — e o mundo da normalidade — representado pela "maioria" na sociedade.

Ao longo do século 20, sobretudo a partir dos anos 28 60, observa-se a desconstrução desse paradigma etiológico com a introdução das teorias do *labelling approach*. O paradigma positivo (etiológico) já vinha sofrendo uma 31 revisão desde o início daquele século pela criminologia norte-americana, com influências da sociologia cultural e de correntes de origem fenomenológicas, bem como por 34 reflexões históricas e sociológicas sobre o fenômeno criminal. Como tese central, modelada pelo interacionismo simbólico e o construtivismo social, o *labelling approach* 37 afirma que o desvio — e a criminalidade — não é uma qualidade intrínseca da conduta ou uma entidade ontológica pré-constituída, mas uma qualidade (etiqueta) 40 atribuída a determinados sujeitos através de complexos processos de interação social.

Arnaldo Xavier. **A construção do conceito de criminoso na sociedade capitalista: um debate para o Serviço Social.**  
In: **Revista Katálysis**, vol. 11, n.º 2, Florianópolis, jul.-dez./2008 (com adaptações).

## QUESTÃO 1

No que se refere à tipologia textual, o texto acima classifica-se como

- (A) instrucional, cuja finalidade é instruir o leitor.
- (B) descritivo, pois nele se apresentam a Escola Positiva e o *labelling approach*.
- (C) narrativo, sendo o criminoso seu personagem principal.
- (D) dissertativo, uma vez que expõe teorias a respeito do criminoso e da criminalidade.
- (E) argumentativo, pois defende a ideia apresentada pelo *labelling approach*.

## QUESTÃO 2

A respeito do emprego da partícula "se" no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Em "observa-se" (linha 28), a partícula "se" classifica-se como pronome reflexivo.
- (B) Em "Considerando-se" (linha 1), a partícula "se" classifica-se como índice de indeterminação do sujeito.
- (C) Em "personifica-se" (linha 2), a partícula "se" classifica-se como pronome apassivador.
- (D) Em "Buscava-se" (linha 18), a partícula "se" classifica-se como pronome apassivador.
- (E) Em "Estabeleceu-se" (linha 22), a partícula "se" classifica-se como pronome reflexivo.

## QUESTÃO 3

A conjunção "por isso" (linha 10) introduz, no período em que ocorre, uma oração que exprime uma ideia de

- (A) condição.
- (B) conclusão.
- (C) explicação.
- (D) causa.
- (E) finalidade.

## QUESTÃO 4

Assinale a alternativa que apresenta forma verbal associada, no texto, à ideia de uma ação pontual, ou seja, localizada em ponto preciso do tempo, sem continuidade.

- (A) "afirma" (linha 37)
- (B) "Considerando-se" (linha 1)
- (C) "era" (linha 12)
- (D) "revelar" (linha 14)
- (E) "Estabeleceu-se" (linha 22)

### QUESTÃO 5

Acerca do emprego dos sinais de pontuação no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) As aspas foram empregadas nos termos “bom” (linha 19), “mau” (linha 19) e “maioria” (linha 26) para realçá-los ironicamente.
- (B) A supressão da vírgula empregada logo após “criminoso” (linha 5) não alteraria o sentido original do texto.
- (C) A substituição do ponto final empregado logo após “normal” (linha 13) por vírgula manteria a correção gramatical do texto, caso o “O” que o segue fosse grafado com minúscula.
- (D) A substituição dos dois pontos empregados logo após “função” (linha 16) por travessão prejudicaria a correção gramatical do texto.
- (E) Seria mantida a correção gramatical do texto caso os termos isolados por travessões fossem isolados por parênteses.

### QUESTÃO 6

Mantendo-se a coesão e a coerência do texto, o período “Sob essa concepção, o criminoso passa a ser um homem causalmente determinado e, como tal, erigido no principal objeto criminológico”, seguido de ponto final, poderia ser corretamente inserido entre

- (A) o segundo e o terceiro período do segundo parágrafo.
- (B) o terceiro e o quarto período do primeiro parágrafo.
- (C) o quarto e o quinto período do primeiro parágrafo.
- (D) o quinto e o sexto período do primeiro parágrafo.
- (E) o primeiro e o segundo período do segundo parágrafo.

### QUESTÃO 7

Conclui-se do texto que

- (A) o *labelling approach* se opõe à Escola Clássica e à Escola Positiva ao introduzir os “complexos processos de interação social” na abordagem da criminalidade.
- (B) a Escola Clássica, por responsabilizar o indivíduo por sua conduta, é a preferida do autor.
- (C) a Escola Clássica e a Escola Positiva surgiram na Europa e o *labelling approach* nos Estados Unidos da América.
- (D) a sociedade passou a identificar, com o surgimento da Escola Positiva, os maus cidadãos, o que permitiu que se tornasse mais segura, já que era então possível se defender dessas pessoas.
- (E) não surgiu nenhuma outra teoria que abordasse a questão da criminalidade após o *labelling approach*.

### QUESTÃO 8

O vocábulo “latentes” (linha 18)

- (A) poderia ser suprimido do texto, sem prejuízo para sua coesão.
- (B) é, no texto, sinônimo de **subentendidos**.
- (C) qualifica negativamente o vocábulo “delitos” (linha 17).
- (D) foi empregado, no texto, em sentido conotativo.
- (E) refere-se, no texto, aos criminosos furtivos, escondidos.

### QUESTÃO 9

A Comissão Nacional da Verdade e o Ministério Público Federal em Goiás investigam a **Operação Limpeza** realizada em 1980 para desaparecer com os corpos dos militantes do Movimento de Libertação Popular (Molipo), Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck, assassinados numa operação militar em 17 de maio de 1973 e enterrados em uma cova clandestina no município de Rio Verde, no sudoeste de Goiás, no interior da fazenda em que os dois estavam escondidos desde o início daquele mês.

Internet: <www.cnv.gov.br>. Acesso em 19/12/2014.

Considerando o texto como referência inicial, assinale a alternativa correta.

- (A) A Comissão Nacional da Verdade deverá encerrar seus trabalhos ao final do segundo governo Dilma, em dezembro de 2018.
- (B) A exemplo de outros estados, Goiás viveu a experiência de ter um governador afastado em função da instauração do regime militar. Trata-se de Mauro Borges, que, posteriormente, viu seus direitos políticos cassados.
- (C) A Comissão Nacional da Verdade foi criada em 2010 pela presidente Dilma Rousseff, visando exclusivamente esclarecer — e não punir — os crimes cometidos pelo regime militar no período de 1964 a 1985.
- (D) Goiás foi a única unidade da Federação a conviver com movimentos de resistência ao regime militar.
- (E) Infere-se do texto que a “**Operação Limpeza** realizada em 1980” deu-se em um momento de endurecimento do regime ditatorial que governava o País.

### QUESTÃO 10

O sudoeste goiano, região onde se situa Rio Verde,

- (A) tem a indústria de bens de produção como base da economia regional.
- (B) viveu um processo de povoamento e desenvolvimento muito recente, intensificado apenas na década de 1990, com elevadíssimo crescimento populacional.
- (C) está distante das vias de acesso às grandes regiões agropecuaristas do Centro-Oeste.
- (D) não possui municípios com IDHM abaixo de 0,6, o que contribuiu para que o estado de Goiás estivesse, em 2010, entre as dez melhores unidades da Federação, nesse aspecto.
- (E) é conhecido também como a região da “Estrada de Ferro”.

### QUESTÃO 11

No ano de 2006, a partir da reestruturação do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), foi criado o Sistema Penitenciário Federal, com a finalidade de ser o gestor e fiscalizador das Penitenciárias Federais em expresso cumprimento ao contido na Lei de Execução Penal (LEP), especialmente em seu artigo 72, parágrafo único, que lhe confere essa incumbência de forma exclusiva.

O Sistema Penitenciário Federal é constituído pelos estabelecimentos penais federais, subordinados ao Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça.

Internet: <<http://portal.mj.gov.br>>. Acesso em 19/12/2014.

Atualmente, integram o Sistema Penitenciário Federal quatro estabelecimentos penais. Trata-se dos presídios de Catanduvas (PR), Campo Grande (MS), Porto Velho (RO) e Mossoró (RN). Está prevista a construção do 5.º estabelecimento em

- (A) Santarém (PA).
- (B) Palmas (TO).
- (C) Uberlândia (MG).
- (D) Goiânia (GO).
- (E) Brasília (DF).

### QUESTÃO 12

Acerca da organização político-administrativa conforme a Constituição do estado de Goiás, assinale a alternativa correta.

- (A) As águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, inclusive, nesse caso, as decorrentes de obras da União são bens do estado de Goiás.
- (B) O estado de Goiás é competente, em comum com os municípios, para legislar acerca da instituição, mediante lei complementar, de regiões metropolitanas.
- (C) Compete ao estado de Goiás, em comum com a União e com os municípios, legislar sobre criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.
- (D) Não se inclui nas competências do estado de Goiás decretar intervenção nos municípios.
- (E) Lei complementar definirá as competências, as abrangências e os níveis de participação dos órgãos estaduais e municipais nos planos e nos programas de educação e segurança de trânsito.

### QUESTÃO 13

A respeito da administração pública conforme a Constituição do estado de Goiás, assinale a alternativa correta.

- (A) A publicidade de atos e obras de entidades da Administração Pública deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, podendo dela constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem, de forma direta ou indireta, promoção pessoal de autoridades ou serviços públicos.
- (B) As funções de confiança serão exercidas preferencialmente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- (C) Os cargos em comissão são destinados apenas às funções de direção, chefia e assessoramento.
- (D) É vedada contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- (E) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

### QUESTÃO 14

Quanto à segurança pública com base na Constituição do estado de Goiás, assinale a alternativa correta.

- (A) A estrutura da polícia militar conterà obrigatoriamente uma unidade de polícia florestal, incumbida de proteger as nascentes dos mananciais e os parques ecológicos, uma unidade de polícia rodoviária e uma de trânsito.
- (B) A função policial é considerada perigosa e insalubre.
- (C) Na divulgação, pelos órgãos de segurança pública, aos veículos de comunicação social, de fatos referentes à apuração de infrações penais, será assegurada a preservação da intimidade, da honra e da imagem das vítimas e das testemunhas, inexistindo igual proteção para os infratores.
- (D) Incumbem à polícia civil as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais, inclusive as de competência da União.
- (E) A polícia militar é instituição permanente, organizada com base na disciplina e na hierarquia, competindo-lhe a execução de atividades de defesa civil.

### QUESTÃO 15

Immanuel Kant destacou-se no estudo da ética e da moral. Entre suas principais ideias, sobressaiu-se a do imperativo categórico. Em sua segunda formulação, o imperativo categórico prescreve: "Age de tal forma que uses a humanidade, tanto na tua pessoa, como na pessoa de qualquer outro, sempre e ao mesmo tempo como fim e nunca simplesmente como meio." Trata-se de limitar os fins e as consequências por meio de meios eticamente admissíveis. À luz dessa contextualização, classificam-se tradicionalmente as ideias de Kant a respeito da ética como

- (A) contractarianas.
- (B) consequencialistas.
- (C) contratualistas.
- (D) deontológicas.
- (E) utilitaristas.

### QUESTÃO 16

Com relação às obrigações éticas do servidor público, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Os servidores públicos estão eticamente obrigados a guardar sigilo de informações obtidas por meio da função, não lhes sendo permitido utilizar dessas informações para seu próprio interesse.
- (B) Os servidores públicos deverão tratar seus concidadãos com urbanidade, cordialidade e educação.
- (C) Os servidores públicos deverão satisfazer suas obrigações perante os cidadãos de boa-fé.
- (D) Os servidores públicos não podem incidir em conflitos de interesse que afetem o desempenho de sua função.
- (E) Os mandamentos da ética e do direito não se confundem. A única diferença entre eles consiste na coercibilidade. Logo, os servidores públicos vinculam-se às leis, não podendo ser responsabilizados por condutas imorais que não lhes sejam expressamente vedadas.

**QUESTÃO 17**

Considerando que uma proposição corresponde a uma sentença bem definida, isto é, que pode ser classificada como verdadeira ou falsa, excluindo-se qualquer outro julgamento, assinale a alternativa em que a sentença apresentada corresponde a uma proposição.

- (A) Houve fuga de presidiários, que tragédia!
- (B) Ele foi detido sem ter cometido crime algum?
- (C) Aquela penitenciária não oferece segurança para o trabalho dos agentes prisionais.
- (D) Os agentes prisionais da penitenciária de Goiânia foram muito bem treinados.
- (E) Fique alerta a qualquer movimentação estranha no pátio do presídio.

**QUESTÃO 18**

Considerando que P e Q sejam proposições simples e os significados dos símbolos lógicos " $P \vee Q = P$  ou  $Q$ ", " $P \wedge Q = P$  e  $Q$ ", " $P \rightarrow Q =$  se P, então Q", é possível construir a tabela verdade da proposição  $[P \vee Q] \rightarrow [P \wedge Q]$ , completando a tabela abaixo.

P	Q	$P \vee Q$	$P \wedge Q$	$[P \vee Q] \rightarrow [P \wedge Q]$
V	V			
F	V			
V	F			
F	F			

Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta os elementos da coluna correspondente a  $[P \vee Q] \rightarrow [P \wedge Q]$ , na ordem em que aparecem, de cima para baixo.

- (A) FFFF
- (B) VFVF
- (C) VFFV
- (D) FFVV
- (E) VVVV

**QUESTÃO 19**

Em um presídio com 750 detentos, sabe-se que 130 deles foram condenados por latrocínio, 180 por estupro e 30 por latrocínio e estupro. Nesse caso, escolhendo-se aleatoriamente um detento desse presídio, a probabilidade de ele ter cometido estupro, mas não latrocínio é

- (A) superior a 0,40.
- (B) inferior a 0,25.
- (C) superior a 0,25 e inferior a 0,30.
- (D) superior a 0,30 e inferior a 0,35.
- (E) superior a 0,35 e inferior a 0,40.

**QUESTÃO 20**

Dos 50 detentos de um presídio, 17 cometeram o crime de latrocínio, 32 cometeram o crime de estupro e 25 cometeram o crime de estupro, mas não o de latrocínio. Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) 8 detentos não cometeram nem o crime de latrocínio nem o de estupro.
- (B) 40 detentos cometeram ou o crime de latrocínio ou o crime de estupro.
- (C) 15 detentos cometeram o crime de latrocínio, mas não o de estupro.
- (D) 5 detentos cometeram os crimes de latrocínio e de estupro.
- (E) 45 detentos cometeram um ou os dois crimes (latrocínio e estupro).

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 21

A classificação das constituições leva em conta diversos fatores e diversas características. Considerando essa informação, assinale a alternativa que **não** corresponde a uma classificação adequada à Constituição Federal (CF) de 1988.

- (A) histórica
- (B) escrita
- (C) rígida
- (D) analítica
- (E) dogmática

### QUESTÃO 22

Assinale a alternativa que apresenta o autor que compreendeu a Constituição precipuamente a partir de seu sentido jurídico.

- (A) Hans Kelsen
- (B) Carl Schmitt
- (C) Rudolf Smend
- (D) Karl Löwenstein
- (E) Ferdinand Lassale

### QUESTÃO 23

Acerca das Comissões Parlamentares de Inquérito, assinale a alternativa correta.

- (A) Não estão autorizados a apreciar programas de obras regionais e setoriais de desenvolvimento, segundo o STF, em razão da separação dos Poderes.
- (B) Podem, segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), determinar a realização de interceptações telefônicas.
- (C) Não se encontram constitucionalmente autorizadas a convocar ministro de Estado, tendo em vista que se trata de atribuição exclusiva do Congresso Nacional como um todo ou de uma de suas Casas Legislativas.
- (D) Poderão, segundo o teor literal da CF, ter por objeto fato indeterminado, desde que por prazo certo.
- (E) Terão, segundo o teor literal da CF, poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas.

### QUESTÃO 24

A respeito do estado de sítio, assinale a alternativa correta.

- (A) O estado de sítio poderá ser decretado, inicialmente, por 120 dias, na hipótese de comoção grave de repercussão nacional.
- (B) As imunidades de deputados ou senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional que sejam incompatíveis com a execução da medida.
- (C) O Congresso Nacional decidirá sobre a solicitação do presidente da República para decretar estado de sítio por meio de maioria relativa.
- (D) No estado de sítio, não se admite a suspensão da liberdade de reunião.
- (E) A difusão de pronunciamentos de parlamentares inclui-se na restrição à liberdade de expressão imposta aos cidadãos, quando assim previsto expressamente no decreto do estado de sítio.

### QUESTÃO 25

Acerca das disposições constitucionais a respeito dos órgãos de segurança pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Às polícias civis, dirigidas por agentes de polícia de carreira, incumbem as funções de polícia judiciária e de patrulhamento das divisas interestaduais e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- (B) A polícia federal possui a atribuição de apurar infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme conforme dispuser a lei, ainda que tais infrações não ocorram em detrimento de bens, serviços e interesses da União.
- (C) Segundo a CF, os municípios podem constituir guardas municipais para suplementar eventual omissão do Estado em matéria de segurança pública.
- (D) Segundo a CF, as guardas municipais possuem a atribuição de colaborar com o órgão que atua como polícia judiciária local.
- (E) Às polícias militares, cabem a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública e a execução de atividades de defesa civil.

**QUESTÃO 26**

De acordo com a CF, a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de determinados órgãos. Assinale a alternativa que apresenta o(s) órgão(s) que **não** se encontra(m) enumerado(s) na CF entre os que se destinam especificamente à segurança pública.

- (A) Forças Armadas
- (B) polícia rodoviária federal
- (C) polícia ferroviária federal
- (D) polícias militares e corpos de bombeiros militares
- (E) polícia federal

**QUESTÃO 27**

No que se refere ao Poder Executivo, assinale a alternativa correta.

- (A) A nomeação do procurador-geral da República prescinde de prévia aprovação do Senado Federal.
- (B) Todos os membros do conselho da República, órgão de consulta da presidência, são escolhidos pelo presidente da República.
- (C) A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos de segurança pública será fixada em forma de subsídio de parcela única.
- (D) Para que seja instaurado processo penal contra ministro de Estado perante o STF, exige-se autorização do Senado Federal.
- (E) O presidente da República não possui autonomia para vetar artigo de projeto de lei por razões de inconstitucionalidade, porquanto o controle de constitucionalidade é competência exclusiva do STF.

**QUESTÃO 28**

Em relação ao Poder Legislativo, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo a CF, cada território federal será representado por, no mínimo, 8 deputados na Câmara dos deputados.
- (B) Segundo o STF, o governador de estado possui, em regra, iniciativa reservada na hipótese de leis que disponham sobre os servidores públicos estaduais, com base no princípio da simetria e na separação dos Poderes.
- (C) Compete ao Congresso Nacional aprovar, observado o *quorum* de maioria absoluta, o procurador-geral do Trabalho, após arguição pública.
- (D) O Senado poderá conceder eficácia *erga omnes* à decisão do STF em sede de ação direta de inconstitucionalidade.
- (E) Cabe ao Tribunal de Contas da União julgar as contas do presidente da República, podendo o Congresso Nacional suspender a decisão, caso discorde dela.

**QUESTÃO 29**

Acerca das atribuições privativas do presidente da República, assinale a alternativa correta.

- (A) O presidente da República poderá extinguir, mediante decreto, cargo público, ainda que ocupado, desde que assegurada a irredutibilidade remuneratória e as outras prerrogativas do servidor afetado.
- (B) O presidente da República poderá extinguir, mediante decreto, órgão público, desde que isso não implique aumento de despesa.
- (C) Segundo o STF, o processo de internalização e ratificação de tratado internacional termina com o decreto presidencial editado após o decreto legislativo que aprova o tratado.
- (D) O presidente da República poderá conceder indulto a condenado a crime hediondo, desde que o autor do crime tenha mais de 70 anos.
- (E) O comando supremo das Forças Armadas é exercido pelo ministro da Defesa, sob a supervisão e o controle direto do presidente da República.

**QUESTÃO 30**

Caracteriza(m)-se pela imprescritibilidade e pela inafiançabilidade

- (A) os crimes contra a dignidade sexual que importem em violência ou grave ameaça.
- (B) a prática de tortura.
- (C) a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático.
- (D) os crimes hediondos.
- (E) o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

**QUESTÃO 31**

Acerca do regime disciplinar dos funcionários públicos civis do estado de Goiás e de suas autarquias, assinale a alternativa correta.

- (A) Entre as penas disciplinares, inexistente a previsão de cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (B) A absolvição criminal afasta a responsabilidade civil ou administrativa se o acusado agiu em legítima defesa.
- (C) O funcionário responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, sendo que a responsabilidade civil decorre exclusivamente de procedimento comissivo e doloso, que importe em prejuízo da fazenda pública estadual ou de terceiros.
- (D) Em caso de dano causado a terceiro, responderá o funcionário perante a fazenda pública estadual, em ação regressiva, proposta depois de transitado em julgado a decisão de última instância que houver condenado a fazenda a indenizar o terceiro prejudicado.
- (E) A responsabilidade penal limita-se aos crimes imputados ao funcionário como tal.

**QUESTÃO 32**

Assinale a alternativa que **não** apresenta ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, segundo a Lei de Improbidade (Lei n.º 8.429/1992).

- (A) Permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- (B) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- (C) Agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.
- (D) A concessão de benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- (E) O mero atraso na prestação de contas pelo gestor público.

**QUESTÃO 33**

Segundo a Lei n.º 8.666/1993, assinale a alternativa que apresenta licitação inexigível.

- (A) Para as compras de material de uso pelas Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres.
- (B) Nos casos de guerra.
- (C) Para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.
- (D) Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração.
- (E) Nos casos de grave perturbação da ordem.

**QUESTÃO 34**

Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado possui responsabilidade subjetiva nos casos de homicídio de preso sob a sua custódia.
- (B) O Estado possui responsabilidade objetiva nos casos de morte de preso sob a sua custódia, independentemente da culpa dos agentes públicos.
- (C) Em caso de suicídio de um detento, a responsabilidade do Estado é subjetiva.
- (D) O Estado possui responsabilidade objetiva nos casos de morte de preso sob a sua custódia, mas o fato de tratar-se de responsabilidade objetiva do Estado não dispensa a prova da culpa nesses casos.
- (E) Em caso de suicídio de um detento, inexistente responsabilidade do Estado, pois este não tem a obrigação de proteger os detentos contra si mesmos.

**QUESTÃO 35**

Considere que a Administração Pública determinou a demolição de edificação erigida em área pública, cujo ocupante não detinha autorização para a sua ocupação e construção. A situação narrada descreve o exercício do poder

- (A) disciplinar.
- (B) discricionário.
- (C) de polícia.
- (D) regulamentar.
- (E) hierárquico.

**QUESTÃO 36**

Acerca dos atos administrativos e do controle judicial dos atos da Administração, assinale a alternativa correta.

- (A) O ato discricionário, sujeito ao juízo de conveniência e oportunidade, é insuscetível de controle jurisdicional, mesmo que praticado com abuso de poder.
- (B) Em regra, o controle do Poder Judiciário sobre atos administrativos abrange a legalidade e o mérito do ato administrativo.
- (C) A prática de ato administrativo, ainda que desproporcional, não permite a intervenção do Poder Judiciário, pois, nesse caso, haveria ofensa ao princípio da harmonia entre os Poderes da República.
- (D) Em regra, é cabível ao Poder Judiciário examinar o mérito do ato administrativo discricionário, classificação na qual se enquadra o ato que aprecia pedido de licença de servidor para tratar de interesse particular.
- (E) O ato administrativo discricionário está sujeito a controle judicial, sobretudo no que se refere à presença de motivação, respeitados os limites da discricionariedade conferida à Administração.

**QUESTÃO 37**

Acerca do uso e abuso do poder, assinale a alternativa correta.

- (A) É abuso de poder tanto o ato praticado na forma da lei, mas que pretende atingir um objetivo diverso do previsto legalmente, quanto o ato praticado em desobediência à previsão legal.
- (B) O agente que, embora dentro de sua competência, se afasta do interesse público que deve nortear todo desempenho administrativo atua com excesso de poder.
- (C) A remoção, de ofício, de servidor para outra localidade, quando não há necessidade de pessoal, mas apenas intenção de puni-lo, configura uso regular de poder disciplinar.
- (D) Uso de poder é toda ação ou omissão que, violando dever ou proibição imposta ao agente, propicia, contra ele, medidas disciplinares, civis e criminais.
- (E) O abuso de poder não constitui ato de improbidade administrativa.

### QUESTÃO 38

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 5.º, *caput*: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Diante do exposto, percebe-se que o direito à propriedade é um direito fundamental de caráter inviolável e, destarte, legitima o legislador ordinário a tipificar condutas que atentem contra o patrimônio de terceiros. A respeito do crime de dano previsto no Código Penal pátrio, assinale a alternativa correta.

- (A) Por expressa previsão de *legen*, haverá o crime de dano qualificado se o agente empregar substância inflamável ou explosiva, mesmo se o fato constituir um crime mais grave.
- (B) O crime de dano é um crime contra o patrimônio, destarte, para sua configuração, faz-se necessário que o agente vise à obtenção de lucro.
- (C) O crime de dano poderá ser perpetrado pela negligência, imprudência ou imperícia.
- (D) O crime de dano simples é de ação privada, enquadrando-se no conceito de infração de menor potencial ofensivo, assim, ser-lhe-á aplicado o procedimento sumaríssimo previsto na Lei n.º 9.099/1995.
- (E) Prevê o Código Penal brasileiro que haverá o crime de dano qualificado se o crime for perpetrado em desfavor do patrimônio da União, de estado, de município, de empresas públicas ou de fundações instituídas pelo Poder Público.

### QUESTÃO 39

A respeito do crime de furto previsto no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A escalada para fins de qualificar o crime de furto implica em uma subida com esforço incomum por parte do agente, assim, não poderá incidir a referida qualificadora na hipótese de escavação de um túnel para ingressar no *locus delicti*.
- (B) É remansoso, entre os doutrinadores penalistas, que os aviões e as embarcações não poderão ser objeto do crime de furto, uma vez que o Código Civil, por ficção, os equiparou a imóveis (para fins de constituição e registro de hipoteca).
- (C) Diz-se furto famélico aquele cometido por alguém que subtrai alimentos para saciar a fome e preservar a vida própria ou de outrem, quando comprovada uma situação de extrema dificuldade financeira, todavia, nesse caso, não haverá crime por falta da tipicidade material.
- (D) A doutrina majoritária defende a punição do furto de uso, uma vez que o agente atua com o chamado *animus rem sibi habendi*.
- (E) Os semoventes e os animais estão sujeitos à apropriação por parte de terceiros se houver o furto de gado. Nesse caso haverá o crime denominado de abigeato.

### QUESTÃO 40

No ano de 2007, o crime organizado proporcionou uma situação de terror no cenário nacional. Chefes de facções criminosas emitiram ordens determinando a prática de crimes, abalando a harmonia social. Verificou-se que tais ordens partiram de dentro de estabelecimentos prisionais. Tal constatação levou o legislador a alterar o Código Penal brasileiro (artigo 319-A) e a Lei de Execução Penal (artigo 50, VII) como forma de coibir o uso de celulares pelos detentos e evitar o comando de práticas delituosas. Assim, com o advento da Lei n.º 11.466/2007, criou-se um novo tipo penal denominado pela doutrina de “prevaricação imprópria”. Acerca desse novo ilícito penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Poderá haver o crime na modalidade tentada.
- (B) A conduta de o agente público deixar de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo passou a constituir crime, todavia só restará consumado se houver o efetivo acesso do preso ao aparelho de comunicação.
- (C) Segundo a doutrina pátria, diferentemente da prevaricação propriamente dita (artigo 319 do Código Penal), a forma imprópria dispensa uma finalidade especial por parte do agente.
- (D) O sujeito ativo será o agente público na acepção ampla, uma vez que se trata de um crime funcional.
- (E) A consequência penal para o referido crime será a detenção de 5 meses a 3 anos, ou seja, não poderão ser aplicadas as medidas despenalizadoras previstas no Juizado Especial Criminal.

### QUESTÃO 41

Uma das principais inovações trazidas pela Lei n.º 11.343/2006 foi a criação do chamado Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (SISNAD). Vislumbrou-se que, com a criação do referido sistema, deu-se por rompida uma política considerada obsoleta no tratamento e na recuperação do usuário dependente de drogas. Nesse viés, com o advento da nova lei, deverá ser realizado um tratamento multidisciplinar, em que a prevenção é o principal instrumento. Com relação ao tema, à luz da Lei n.º 11.343/2006, assinale a alternativa correta.

- (A) Prescrevem em 5 anos a imposição e a execução das penas impostas ao portador de drogas para o consumo pessoal.
- (B) A Lei n.º 11.343/2006 fez referência genérica à expressão “droga”, devendo por isso ser complementada por outra norma. É correto afirmar que se trata de norma penal em branco homogênea.
- (C) Segundo a lei, configura-se princípio do SISNAD o respeito à autonomia da pessoa humana e à sua liberdade, portanto não há que se falar em crime na conduta de trazer consigo drogas para o consumo pessoal.
- (D) Para determinar se a droga destina-se a consumo pessoal, o juiz deverá atender à natureza, à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação; a lei veda expressamente que as circunstâncias pessoais e os antecedentes do agente sejam levados em consideração para tais fins.
- (E) Segundo a lei, quando imposta a pena de prestação de serviços à comunidade, ela será cumprida em programas comunitários, entidades educacionais ou assistenciais, hospitais, estabelecimentos congêneres, públicos ou privados, sem fins lucrativos, que se ocupem, preferencialmente, da prevenção do consumo ou da recuperação de usuários e dependentes de drogas.

**QUESTÃO 42**

Edeltrudes, usuária do transporte de metrô, ao entrar no vagão, deixou uma sacola próxima à porta de saída, que fica localizada a uns dois assentos de onde permaneceu sentada. O passageiro Baião aproximou-se da referida sacola e, valendo-se da distração de Edeltrudes, conseguiu, celeremente, sem que ninguém percebesse, subtrair uma carteira que estava em seu interior.

Considerando esse caso hipotético, Baião responderá por

- (A) estelionato.
- (B) furto na modalidade simples.
- (C) furto qualificado pela destreza.
- (D) furto qualificado pela fraude.
- (E) apropriação indébita.

**QUESTÃO 43**

Belarmindo, particular, falsamente intitula-se perante terceiros como funcionário público.

Considerando esse caso hipotético, Belarmindo responderá

- (A) pelo crime de prevaricação.
- (B) pelo crime de exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.
- (C) pelo crime de usurpação de função pública.
- (D) por contravenção penal.
- (E) somente na área cível.

**QUESTÃO 44**

Valendo-se das prescrições estabelecidas na Lei n.º 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos), assinale a alternativa correta.

- (A) O homicídio qualificado não é considerado um crime hediondo, todavia haverá a hediondez quando o homicídio for perpetrado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente.
- (B) Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de anistia e graça, mas admitem a concessão de indulto.
- (C) A progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes hediondos, dar-se-á após o cumprimento de  $\frac{2}{5}$  da pena, se o apenado for primário, e de  $\frac{3}{5}$ , se reincidente.
- (D) Prevê a Lei n.º 8.072/1990 que a pena dos crimes hediondos será cumprida inicialmente em regime fechado, salvo quando o réu for primário.
- (E) O roubo qualificado pelas lesões corporais de natureza grave configura crime hediondo.

**QUESTÃO 45**

A respeito do lugar do crime, o Código Penal brasileiro estabelece, em seu art. 6.º: "Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado". Pelo exposto, e a respeito das teorias que buscam estabelecer o lugar do crime, assinale a alternativa correta.

- (A) Pela teoria do resultado, o lugar do crime é aquele em que se produziu ou se deveria produzir o resultado, bem como o local em que fora perpetrada a conduta comissiva ou omissiva do agente.
- (B) Pela teoria do resultado ou do evento, o lugar do crime é aquele em que o crime se consumou, pouco importando o local da prática da conduta.
- (C) Pela teoria da ubiquidade, o lugar do crime será, tão somente, aquele em que foi praticada a conduta comissiva ou omissiva.
- (D) Segundo a doutrina nacional, o Código Penal adotou, em seu artigo 6.º, a chamada teoria do resultado.
- (E) Pela teoria da atividade ou do resultado, o lugar do crime é aquele em que foi praticada a conduta comissiva ou omissiva.

**QUESTÃO 46**

Acerca do emprego da analogia no âmbito do Direito Penal brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Estabelece o Código Penal que a analogia somente poderá ser aplicada aos réus que não sejam reincidentes.
- (B) A regra é a proibição do emprego da analogia no âmbito penal, por força do princípio da reserva legal, todavia a doutrina é remansosa em admitir esse recurso quando se apresentar *in bonam partem*.
- (C) A analogia *in malam partem* ocorre quando se aplica, ao caso omissivo, uma lei considerada prejudicial ao réu que, segundo o Código Penal, excepcionalmente, poderá ser admitida, uma vez que deverá ser salvaguardado o direito da coletividade em face do direito do agressor.
- (D) O Direito Penal brasileiro não admite aplicação da analogia.
- (E) Segundo a doutrina, analogia legal, ou *legis*, é aquela em que se aplica ao caso omissivo um princípio geral do Direito.

**QUESTÃO 47**

Petrolino, dolosamente, induz Anaclésia ao uso indevido de drogas. Anaclésia não chegou a realizar a conduta almejada por Petrolino.

No caso hipotético, valendo-se da Lei n.º 11.343/2006, Petrolino

- (A) não receberá pena alguma, uma vez que a vítima não chegou a realizar a conduta almejada pelo agente.
- (B) poderá ser compelido a participar de programa ou curso educativo sobre os efeitos das drogas, todavia não poderá receber pena privativa de liberdade.
- (C) será detido de 1 a 3 anos e pagará multa.
- (D) receberá a mesma pena do crime de tráfico, ou seja, reclusão de 5 a 15 anos e multa.
- (E) receberá a mesma pena do crime de tráfico, ou seja, reclusão de 3 a 15 anos e multa.

#### QUESTÃO 48

A prisão consiste na privação da liberdade de locomoção mediante clausura. Trata-se de exceção no Estado Democrático de Direito. O cerceamento da liberdade ambulatorial somente poderá ocorrer se decretado por ordem escrita, fundamentada por autoridade judiciária competente ou em uma situação de flagrante delito. Estabelece a Constituição, em seu art. 5.º, inc. LXI: "ninguém será preso senão em flagrante delito, ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei". A respeito das prisões provisórias, assinale a alternativa correta.

- (A) Na hipótese do crime de tortura, a prisão temporária terá, no máximo, o prazo de 30 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- (B) Não se admite a prisão em flagrante em crimes de ação penal privada.
- (C) A prisão preventiva poderá ser decretada *ex officio* pelo juiz em qualquer fase da *persecutio criminis*.
- (D) Exigem-se, para a decretação da prisão preventiva, que estejam presentes os seguintes requisitos: garantia da ordem pública e garantia da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e certeza da autoria.
- (E) O Código de Processo Penal (CPP) estabelece o prazo máximo pelo qual deverá perdurar a prisão preventiva.

#### QUESTÃO 49

A respeito do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo o CPP, o inquérito deverá terminar no prazo de 5 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nessa hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 15 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- (B) Segundo a doutrina, arquivamento indireto do inquérito policial é o fenômeno de ordem processual que decorre de quando o titular da ação penal deixa de incluir na denúncia algum fato investigado ou algum dos indiciados, sem expressa manifestação desse procedimento, e o juiz recebe a denúncia sem remeter a questão ao chefe institucional do Ministério Público.
- (C) Na visão do pretório excelso, a decisão que determina o arquivamento do inquérito policial, a pedido do Ministério Público, quando o fato nele apurado for considerado atípico, produz, mais que preclusão, coisa julgada material, impedindo ulterior instauração de processo que tenha por objeto o mesmo episódio, mesmo com a existência de novas provas.
- (D) Uma das características do inquérito é a sua publicidade, uma vez que a Constituição Federal assegura a publicidade dos procedimentos realizados por autoridades públicas.
- (E) Em regra, admite-se recurso contra a decisão que arquiva os autos do inquérito policial.

#### QUESTÃO 50

Se um procurador da República atuante em primeira instância requer o arquivamento do inquérito policial e o juiz federal discorda, ele deverá remeter os autos para

- (A) outro procurador da República.
- (B) o procurador-geral de Justiça.
- (C) o procurador-geral da República.
- (D) a câmara de coordenação e revisão.
- (E) outro juiz federal.

#### QUESTÃO 51

Segundo a doutrina, a liberdade de locomoção é um dos direitos mais sagrados do ser humano, direito que não poderá sofrer quaisquer restrições e(ou) limitações, senão as previstas em lei. Assim, para assegurar tal direito, de maneira célere e eficaz, a Constituição Federal outorga a qualquer pessoa, nacional ou estrangeira, a garantia do *habeas corpus*. Na dicção da doutrina, a expressão *habeas corpus* significa "exiba o corpo ou apresente-se a pessoa que está sofrendo ilegalidade na sua liberdade de locomoção ao juiz". Para a doutrina, o *habeas corpus* é uma ação autônoma de impugnação, de natureza constitucional, vocacionada a tutela da liberdade de locomoção. (Renato Brasileiro de Lima. **Curso de Processo Penal**. Impetus, 2013). Com relação ao *habeas corpus*, assinale a alternativa correta.

- (A) Como não há previsão em lei, a jurisprudência e a doutrina pátrias não admitem a concessão de medida liminar em *habeas corpus*.
- (B) Não se conhece *habeas corpus* contra omissão de relator de extradição, se fundado em fato ou direito estrangeiro cuja prova não constava dos autos, nem foi ele provocado a respeito.
- (C) O Ministério Público não possui legitimidade para impetrar ordem de *habeas corpus*, mas poderá requerer a absolvição do réu no processo criminal.
- (D) É pacífica a possibilidade de figurar como paciente de *habeas corpus* a pessoa jurídica, assim, por exemplo, se uma pessoa jurídica for acusada da prática de um crime contra o meio ambiente (Lei n.º 9.605/1998), cuidando-se de ação penal injustificada, sem respaldo algum, recebida a denúncia, caberá o remédio heroico para fins de trancamento da ação penal.
- (E) Caberá recurso ordinário constitucional ao Supremo Tribunal Federal da decisão denegatória de *habeas corpus*, proferida em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais.

## QUESTÃO 52

No que tange à ação penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos moldes do CPP, a queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público. Nesse caso o prazo para o aditamento será de 3 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos.
- (B) Na hipótese de ação penal privada subsidiária da pública, considerar-se-á perempta a ação penal quando o querelante deixar de promover, injustificadamente, o andamento do processo durante 30 dias seguidos.
- (C) O ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que foi realizado o fato.
- (D) Em crimes de ação penal pública condicionada, o direito de representação é personalíssimo, pois deverá ser realizado pessoalmente pelo ofendido, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.
- (E) Quando o promotor de justiça, em crime de ação penal pública, requerer o arquivamento do inquérito policial, caberá a ação penal privada subsidiária da pública, uma vez que deixou de oferecer a denúncia no prazo legal.

## QUESTÃO 53

Sebastião, funcionário público legalmente investido, exerce funções em órgão de fiscalização e arrecadação de tributos estaduais. Na realização de um trabalho de rotina, Sebastião apresentou-se como fiscal em determinado estabelecimento comercial. Na ocasião, solicitou a apresentação de notas fiscais e livros de entrada e saída de mercadorias. O funcionário público percebeu que os documentos apresentados continham diversas fraudes, mas aceitou a quantia de R\$ 1.500,00 para não tomar nenhum tipo de providência. Sebastião foi preso em flagrante por policiais que estavam realizando compras no estabelecimento. Concluído o inquérito policial, fora remetido ao Ministério Público, que ofereceu denúncia em desfavor de Sebastião, acusando-o da prática de ilícito penal. A denúncia foi autuada pelo juiz.

Considerando esse caso hipotético, em obediência ao procedimento legalmente previsto, Sebastião deverá ser

- (A) citado para responder por escrito em 15 dias.
- (B) citado para oferecer resposta à acusação em 10 dias.
- (C) citado para ser interrogado no processo criminal.
- (D) notificado para oferecer defesa preliminar em 15 dias.
- (E) notificado para ser interrogado no processo criminal.

## QUESTÃO 54

Assinale a alternativa que apresenta um dispositivo que **não** se encontra expresso na Constituição Federal de 1988.

- (A) Ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo.
- (B) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- (C) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- (D) Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se essa não for intentada no prazo legal.
- (E) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

## QUESTÃO 55

Esclarece a doutrina que, por liberdade provisória, se entende o instituto por meio do qual, em determinadas situações, se concede ao indivíduo o direito de aguardar em liberdade até o final do processo. Se concedida a liberdade provisória mediante o pagamento de fiança, a manutenção desse benefício condicionar-se-á ao cumprimento das obrigações legais previstas nos artigos 327 e 328 do CPP. A transgressão imotivada dessas obrigações também conduz ao chamado quebraamento da fiança, o que tem como consequência a perda definitiva da metade do valor pago, facultando-se ao magistrado, ainda, decidir sobre a imposição de outras medidas cautelares e, se for o caso, como *ultima ratio*, decretar a prisão preventiva. (Norberto Avena. **Processo Penal**. Versão Universitária. 2.<sup>a</sup> ed. Método, 2013). A respeito da liberdade provisória mediante fiança e à luz da reforma processual penal advinda de Lei n.º 12.403/2011, assinale a alternativa correta.

- (A) Com a reforma processual penal de 2011, todos os crimes passaram a ser afiançáveis.
- (B) Não caberá a concessão da fiança, nos crimes de racismo, tortura, tráfico ilícito de drogas, terrorismo e homicídio em todas as suas modalidades.
- (C) Poderá ser concedida fiança em caso de prisão civil.
- (D) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 2 anos.
- (E) O réu afiançado não poderá, sob pena de quebraamento da fiança, mudar de residência, sem prévia permissão da autoridade processante, ou ausentar-se, por mais de 8 dias, de sua residência sem comunicar àquela autoridade o lugar onde será encontrado.

**QUESTÃO 56**

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- (A) Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito não se estende, porém, à liberdade de, sem interferências, ter opiniões e procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, além das fronteiras de seu país.
- (B) Deve-se presumir a inocência de todo acusado de um crime até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público, no qual lhe sejam asseguradas todas as garantias necessárias a sua defesa.
- (C) A lei protege todo homem contra interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar, não se estendendo tal proteção a sua correspondência.
- (D) Todo homem tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros, sendo vedada qualquer restrição a esse direito.
- (E) Todo homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito, no entanto, não inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

**QUESTÃO 57**

Segundo a Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) é permitido o trabalho noturno a menores de 16 anos, na condição de aprendiz.
- (B) é possível a aplicação da pena de banimento no Brasil.
- (C) a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, a prestação social alternativa e a suspensão ou interdição de direitos.
- (D) o brasileiro nato pode ser extraditado, em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- (E) pode ser concedida a extradição de estrangeiro por crime de opinião.

**QUESTÃO 58**

Com base na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens podem ser estendidas aos sucessores do condenado e contra eles executadas, acima do limite do valor da herança transferida.
- (B) É reconhecida a instituição do júri, sendo asseguradas a plenitude de defesa, a publicidade das votações e a soberania dos veredictos.
- (C) O racismo constitui crime imprescritível e é sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
- (D) A tortura é crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- (E) É crime passível de fiança, a despeito de sua gravidade, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático.

**QUESTÃO 59**

Com relação às regras mínimas para o tratamento de pessoas presas, segundo a Organização das Nações Unidas (Onu), assinale a alternativa correta.

- (A) É recomendável que, antes do término do cumprimento da pena, sejam tomadas providências necessárias para assegurar ao preso um retorno progressivo à vida em sociedade, como, por exemplo, libertação condicional, sob vigilância não confiada à polícia, compreendendo uma assistência social eficaz.
- (B) É permitido aos presos se comunicar periodicamente com as suas famílias e com os amigos de boa reputação por meio das visitas, vedando-se, porém, as correspondências, por questões de segurança do sistema prisional.
- (C) Quando o preso ingressa no estabelecimento prisional, o dinheiro, os objetos de valor, as roupas e outros bens que lhe pertencem são transferidos para a propriedade do município ou estado em que se localizar o presídio.
- (D) O transporte de presos será efetuado a expensas da administração, permitindo-se o traslado de presos em transportes com iluminação deficiente.
- (E) Os funcionários dos estabelecimentos prisionais não usarão de força nas suas relações com os presos, excepcionando-se apenas os casos de resistência física ativa a uma ordem fundamentada na lei ou nos regulamentos.

**QUESTÃO 60**

Acerca das regras mínimas para o tratamento de pessoas presas, segundo a Onu, assinale a alternativa correta.

- (A) Os métodos de trabalho penitenciário dever-se-ão assemelhar o mais possível aos que se aplicam a um trabalho similar fora do estabelecimento prisional. Desse modo, o interesse dos presos e de sua formação profissional deverá ficar subordinado ao desejo de se auferir benefícios pecuniários de uma indústria penitenciária.
- (B) Em regra, os funcionários dos estabelecimentos prisionais, no cumprimento de funções que impliquem contato direto com os presos, deverão andar armados.
- (C) O trabalho na prisão deve ser penoso, a fim de que o tempo de prisão seja aproveitado para assegurar, tanto quanto possível, que depois do seu regresso à sociedade, o delinquente não apenas queira respeitar a lei e se autossustentar, mas também que seja capaz de fazê-lo.
- (D) As pessoas detidas ou presas em virtude de acusações criminais pendentes, assim como os demais condenados, deverão trabalhar, em conformidade com as suas aptidões física e mental.
- (E) Entre os objetivos da classificação e individualização dos presos, encontra-se a separação deles de acordo com seu passado criminal ou sua má disposição. Evita-se, assim, que exerçam uma influência nociva sobre os companheiros de detenção.

## PROVA DISCURSIVA

- Esta prova valerá, no máximo, 30 (trinta) pontos. Você deverá produzir, a partir do tema proposto, um texto, com extensão máxima de 30 (trinta) linhas, primando pela clareza, precisão, consistência, concisão e aderência às normas do registro formal da língua portuguesa. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação do texto. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação do texto.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Proclama a Lei de Execução Penal, com o objetivo, entre outros, de prevenir o crime e orientar o retorno do preso à convivência em sociedade, que a assistência ao detento e ao internado é dever do Estado, o que inclui a orientação e o apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade.

Internet: <<http://monografias.brasilecola.com>> (com adaptações).

O sistema de execução penal brasileiro prevê a punição do indivíduo, bem como a sua reeducação. O indivíduo, apesar de preso, tem direito à saúde e à educação, ou seja, ao piso vital mínimo para que ele possa viver com dignidade, pois, apesar de ele ter perdido o direito à liberdade, seus demais direitos não cessam com o cumprimento da pena.

Internet: <[www.jurisway.org.br](http://www.jurisway.org.br)> (com adaptações).

Considerando que os trechos de texto acima apresentados têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo abordando o seguinte tema:

### **O SISTEMA PRISIONAL E O DUPLO OBJETIVO DA PENA APLICADA AO INFRATOR DA LEI: PUNIR E REINTEGRAR À SOCIEDADE.**

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

RASCUNHO

PROVA APLICADA



PROVA APLICADA